



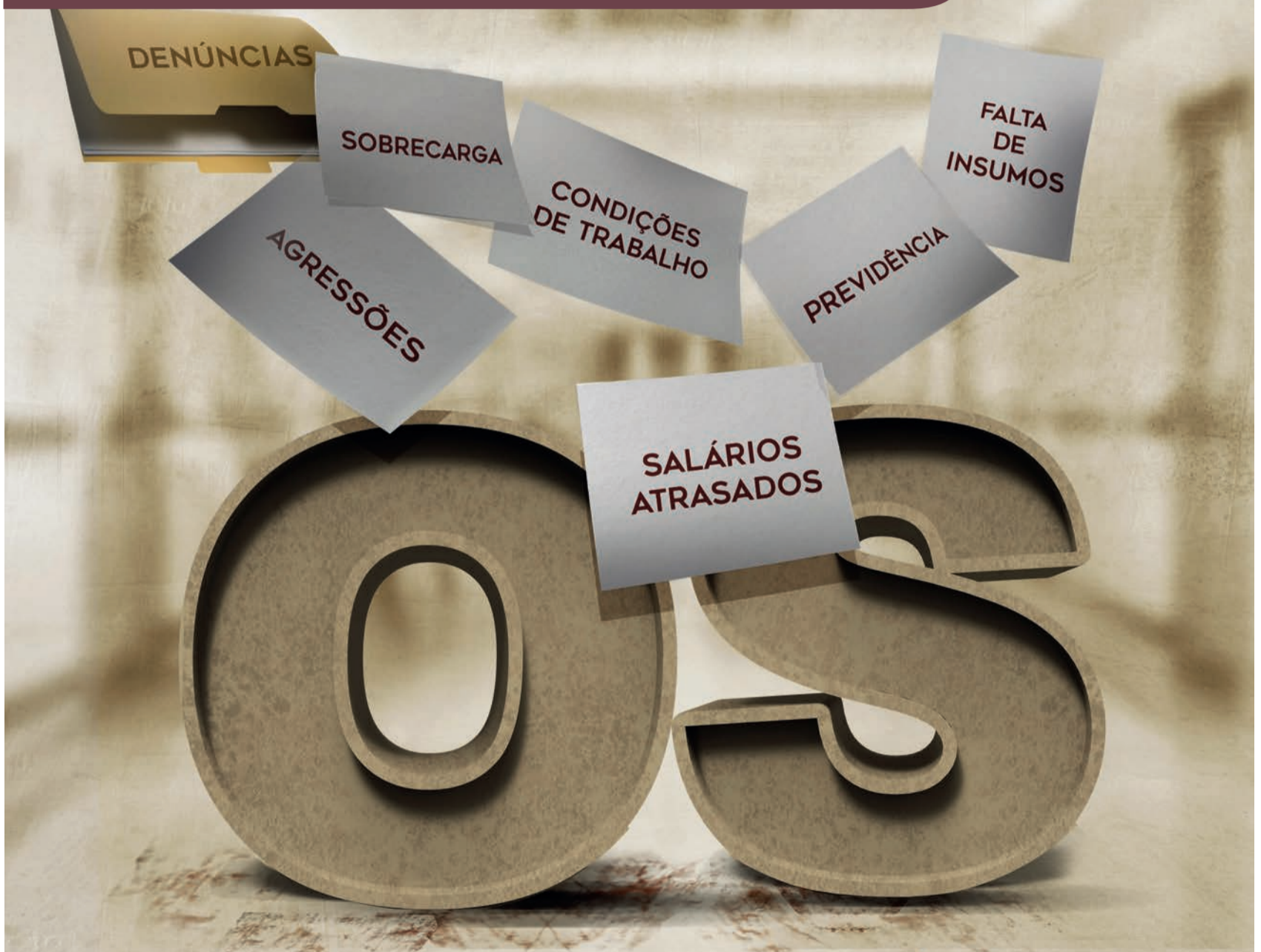
# Jornal do Simesp

Nº 44 • Publicação do Sindicato dos Médicos de São Paulo • nov-dez / 2019

Pág. 3

## Organizações sociais lideram novo ranking de denúncias do sindicato

Levantamento apontou que, entre novembro de 2018 e o mesmo mês de 2019, o total de 46% das queixas aos empregadores foram sobre OSs



Pág. 5

### Guarulhos

Médicos chegaram a atender oito pacientes por hora com app para agendamento de consultas

Pág. 6

### Reajuste

Simesp fechou acordos coletivos e conquistou aumento salarial de 3,28%

Pág. 7

### Direitos dos médicos

Entenda a sub-rogação e saiba proceder diante de uma troca de organização social

# Sobre saúde e dignidade

Diretoria do Simesp

Em tempos de retrocesso das políticas de saúde e sociais, o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) lamenta que no seio do Conselho Federal de Medicina (CFM), autarquia pública que tem por função zelar pela prática ética da medicina, tenha surgido a Resolução 2.232/19.

Em seu artigo 5º, essa resolução determina que “a recusa terapêutica manifestada por gestante deve ser analisada na perspectiva do binômio mãe/feto, podendo o ato de vontade da mãe caracterizar abuso de direito dela em relação ao feto.” Nesses termos, avaliza eventuais intervenções no corpo da mulher à sua revelia.

Em seu 11º artigo “em situações de urgência e emergência que caracterizarem iminente perigo de morte, o médico deve adotar todas as medidas necessárias e reconhecidas para preservar a vida do paciente, independentemente da recusa terapêutica.” Essa posição é absolutamente contraditória aos avanços recentes no bojo do próprio CFM na Resolução 1995/12, que orientava em relação à adoção de cuidados paliativos em situações de doenças graves e irreversíveis, em res-

peito à autonomia e à dignidade dos pacientes.

Ambos os artigos vão contra a dignidade da pessoa humana, fundamentada em Constituição Federal, bem como os princípios da bioética da autonomia e da não maleficência.

Esse retrocesso em relação à regulamentação ético-profissional ocorre simultaneamente à piora das condições de saúde do povo brasileiro, com financiamento cada vez mais precário, resultando em aumento das taxas de mortalidade infantil e materna e escalada de doenças que já estavam controladas ou erradicadas no Brasil. Além da agenda do governo federal que ignora o direito constitucional à saúde, temos um governo estadual que tem fechado leitos hospitalares e um governo municipal que privatiza as suas unidades e desmonta serviços, como o Samu.

Frente a esse cenário, é imperioso que nós, médicos, estejamos ao lado da sociedade civil para defendermos nossas condições de trabalho, além de saúde justa para toda a população, como é garantido pela Constituição Federal de 1988.

## SIMESP OFERECE DESCONTO NA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Agora a Contribuição Social pode ser paga por meio de cartão de crédito com **10% de desconto** em **12 mensalidades**. Direto em nosso site!

MENSALIDADE  
R\$ **61,61**

Residentes e recém-formados

MENSALIDADE  
R\$ **34,22**

Valor especial com subsídio

Os associados adimplentes contam com assessoria jurídica gratuita nas áreas trabalhista, previdenciária e ético-profissional. Além de poderem usufruir de benefícios como seguros, assessoria contábil e declaração do imposto de renda.

**Simesp, em defesa do médico e de seu trabalho.**

Basta acessar [simesp.com.br](http://simesp.com.br) e seguir as instruções. Se preferir, entre em contato com o Simesp Relacionamento e conheça outras formas de se associar: **(11) 3292.9147 - relacionamento@simesp.org.br.**



**SIMESP**

SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

RELACIONAMENTO SIMESP  
**11-99111-5490**

[f](https://www.facebook.com/simespmedicos) [i](https://www.instagram.com/simespmedicos) [y](https://www.youtube.com/simespmedicos) /simespmedicos



**SIMESP**

SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

### DIRETORIA

#### Presidente

Eder Gatti Fernandes  
relacionamento@simesp.org.br

### SECRETARIAS

#### Geral

Denize Ornelas P. S. de Oliveira

#### Finanças

Diângeli Soares

#### Assuntos Jurídicos

Juliana Salles de Carvalho

#### Comunicações e Imprensa

Gerson Salvador

#### Formação Sindical e Sindicalização

Ademir Lopes Junior

#### Administração

Ederli Grimaldi de Carvalho

#### Relações do Trabalho

José Eivalder Guimarães de Oliveira

#### Relações Sindicais e Associativas

Otelo Chino Júnior

### EQUIPE DO JORNAL DO SIMESP

#### Diretor

Gerson Salvador

#### Supervisora de comunicação, edição e redação

Nicolli Oliveira

#### Redação

Stéfanni Meneguesso Mota

#### Revisão

Eliane Domaneschi

### Redação e administração

Rua Maria Paula, 78, 3º andar - SP  
CEP: 01319-000 - Fone: (11) 3292-9147  
imprensa@simesp.org.br  
www.simesp.org.br

### PROJETO GRÁFICO

Med Idea - Design & Planning

### Edição de arte, diagramação e imagem de capa

Kisley Gomes

Circulação: estado de São Paulo  
Tiragem: 5 mil exemplares

Todas as matérias publicadas terão seus direitos resguardados pelo Jornal do Simesp e só poderão ser publicadas (parcial ou integralmente) com a autorização, por escrito, do Sindicato.

A versão digital desta publicação está disponível no site do Simesp. Caso não queira receber a edição impressa, basta mandar e-mail para [relacionamento@simesp.org](mailto:relacionamento@simesp.org).

# Organizações sociais ainda são as campeãs nas denúncias do Simesp

Levantamento realizado pelo Simesp constatou que o principal tipo de denúncia é sobre as más condições de trabalho, seguido de falta de pagamento



Nicolli Oliveira

Colaborou na pesquisa Stéfanni Meneguesso Mota

O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) realizou um levantamento a respeito das denúncias coletivas realizadas pela entidade que tiveram ofício como encaminhamento. A pesquisa apontou que, no último ano, de novembro de 2018 ao mesmo mês de 2019, as entidades filantrópicas lideraram o ranking de questionamentos do sindicato aos empregadores, com 46% do total, sendo 41% só de organizações sociais (OSs). No total, foram 39 denúncias realizadas pelo sindicato por meio de ofício. Em 2018, um levantamento parecido apontou que as OSs perfaziam o montante de 68,5% das denúncias dos médicos.

De acordo com Eder Gatti, presidente do Simesp, é nas organizações sociais que se concentram as principais queixas de vínculos precários e, por essa razão, a demanda com esse tipo de empregador é maior. “A relação da atividade do sindicato está diretamente atrelada às OSs porque, atualmente, elas têm um espaço muito grande em detrimento da administração direta. Existe uma clara relação entre OSs e problemas trabalhistas”, conta.

As condições de trabalho foram apontadas como o principal tipo de problema enfrentado pelos médicos, estando em 44% dos ofícios encaminhados aos gestores no período com situações como falta de insumos, sobrecarga de trabalho e desfalque na escala. Os salários atrasados ou problemas com a remuneração obtiveram o segundo lugar, com 31%; seguidos de 13% de questões sobre tipo de contratação; 5%

previdência ou carreira e também 5% a respeito de agressão ou assédio.

Gatti ainda explica que a falta de materiais e de contratação, que resulta em sobrecarga de trabalho, está estreitamente relacionada ao subfinanciamento da saúde. “Nos últimos anos, o orçamento vem diminuindo e por isso os serviços estão cada vez mais precários, as condições de trabalho mais ruins e, consequentemente, a assistência vem caindo. Temos uma mistura trágica de falta de financiamento, terceirização administrativa e piora da relação de trabalho que, combinadas, estão levando ao comprometimento do trabalho médico e à destruição do Sistema Único de Saúde (SUS).”

Guarulhos e Osasco foram as cidades que alcançaram o segundo lugar no ranking de pedidos de esclarecimentos à gestão dos serviços, ambos com 15,38%, perdendo apenas para São Paulo, liderando com 56,41%. “Dois municípios importantes como esses foram justamente os que utilizaram OSs para implodir serviços públicos e precarizar as relações de trabalho dos médicos. Em Guarulhos, o Instituto Social Saúde Resgate à Vida (IS-SRV) promoveu calotes e burlou a relação de trabalho. Também ocorreu o avanço do Instituto Gerir, que comprometeu completamente o funcionalismo público de dois importantes hospitais da cidade”, ressalta Gatti.

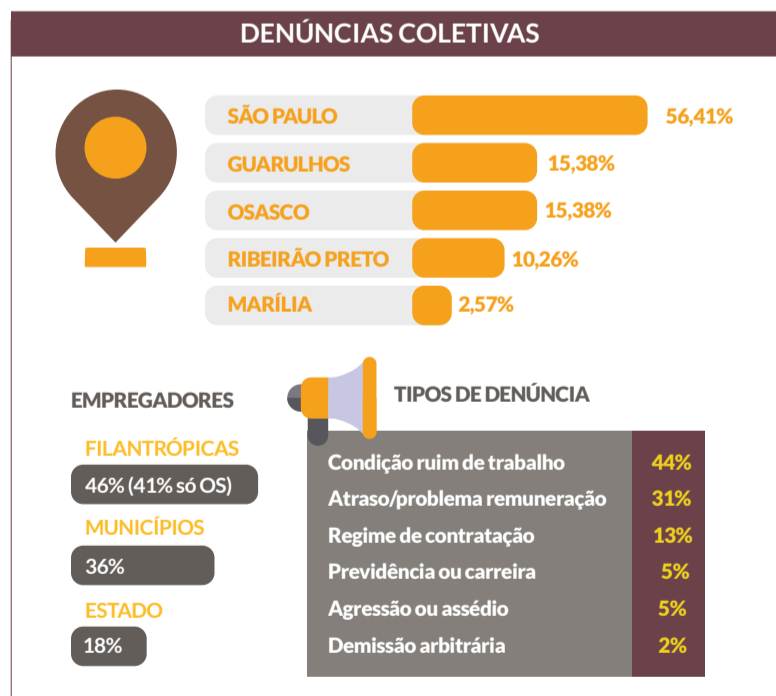
Já no município de Osasco, a mesma organização social IS-SRV, que administra o Hospital Municipal Antônio Giglio

(HMAG), bateu o recorde do ano de diferentes tipos de denúncia para uma só instituição. Foram atrasos de salários dos médicos, pagamento de profissionais PJs (pessoa jurídica) sem nota fiscal, condições precárias de trabalho, falta de materiais e dupla função. A situação foi denunciada em janeiro.

O Hospital e Maternidade Mário Degni é um exemplo de péssimas condições de trabalho devido ao descaso praticado pela Prefeitura de São Paulo, que culminou em plantões com apenas um médico ou nenhum desde o começo de 2019, sobrecarregando os demais profissionais que atuam no local. No levantamento feito pelo Simesp, 54%

dos ofícios foram encaminhados à administração direta (como é o caso do Mário Degni), sendo 36% aos gestores municipais e 18% aos estaduais.

O caso mais emblemático do ano envolvendo a cidade de São Paulo e a gestão municipal foi o desmonte do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), que teve suas 31 bases modulares desativadas, deixando de respeitar a organização do serviço por pontos de maior prevalência de emergências traumáticas e clínicas, incorporando essas unidades a serviços de saúde afastados. A mudança aumentou o tempo-resposta das ambulâncias, essencial para salvar as vidas dos pacientes resgatados.



## Muito além dos ofícios

O Simesp também atua em diferentes frentes na defesa dos médicos além do envio de denúncias aos empregadores, inclusive oferecendo assistência jurídica gratuita tanto para ações coletivas, quanto individuais. Entre novembro de 2018 e o mesmo mês de 2019, foram mais de 660 agendamentos presenciais no departamento jurídico do Simesp para assuntos trabalhistas, previdenciários e ético-profissionais.

## Mais de 250 pessoas realizaram ato contra o fechamento do Oncocentro



> Usuários e profissionais durante manifestação em frente à Fosp

No dia 3 de outubro, aconteceu ato contra o fechamento da Fundação Oncocentro de São Paulo (Fosp). Mais de 250 pessoas se manifestaram contra o desmonte do serviço, que foi anunciado pelo governo do estado sob alegação

de ser uma unidade ociosa. Com falas emocionadas, pacientes com o rosto mutilado pelo câncer discursaram sobre a importância do serviço que produziu suas próteses faciais. A fundação é essencial para o controle e a prevenção do

### Pérola Byington

## Após ataques a funcionários e pacientes, foi realizado ato pelo hospital



> Tenda montada por apoiadores dos direitos das pacientes e dos profissionais do Pérola

Um movimento formado por moradores e defensores do direito ao aborto legal realizou ato em prol do pleno funcionamento do Hospital Pérola Byington, no dia 2 de novembro. A ação foi em resposta a um grupo fundamentalista religioso que acampou por 40 dias em frente ao serviço como forma de protesto por se oporem à interrupção da gravidez, realizada legalmente no hospital, que é um centro de referência da saúde da mulher. A manifestação contou com espaços lúdicos, música, revitalização de praça e coleta de roupas e alimentos.

De acordo com denúncias recebidas pelo Simesp, o grupo religioso hostiliza os profissionais e chegou até a agredir fisicamente uma paciente. Em resposta a esse assédio, no dia 25 de outubro, uma outra tenda foi montada em fren-

te ao serviço por moradores da vizinhança e apoiadores dos direitos das pacientes e dos profissionais do hospital, atraindo também voluntários, médicos e psicólogos.

Para Eder Gatti, presidente do Simesp, os ataques caracterizam desrespeito a todos os profissionais que atuam no hospital e às pacientes, que já se encontram em um momento delicado. "Além do assédio, os médicos também sofrem com sobrecarga de trabalho, já que apenas três profissionais atuam no local, quando seriam necessários pelo menos cinco."

O Pérola Byington é um dos únicos a fornecer o abortamento legal, um direito previsto em lei em caso de gestação com risco de morte para a mulher, quando a gravidez é resultante de um estupro ou se o feto for anencefálico.

câncer no estado, para a produção de próteses a esses pacientes e para a compilação de dados do câncer. No dia 28 de agosto, foi realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para debater o possível fechamento da fundação. O Simesp apoia o movimento dos profissionais.

São 89 funcionários atuando no Oncocentro e que realizam mais de 260 mil exames por ano entre papanicolau, biópsias e análises imuno-histoquímicas. "Esse é o maior laboratório público do

estado de São Paulo. Não dá para desmobilizar esse serviço sem que haja uma perda essencial para a população", explicou Alexandre Ab'Saber, diretor do laboratório de patologia da Fosp.

Para Gerson Salvador, diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), o governador João Doria está destruindo um serviço público que hoje é insubstituível e abandonando a população. "Tal postura demonstra como a Secretaria de Estado da Saúde (SES) desconhece a relevância de seus serviços."

### Santa Casa

## Notícias falsas estão circulando sobre processo de 2014

Os médicos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo têm recebido, via WhatsApp, mensagens sobre uma suposta prescrição no direito ao recebimento do 13º (primeira e segunda parcelas) e salário de novembro de 2014, que não foram pagos na época. O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) informa que, em 2015, entrou com ação civil coletiva contra a filantrópica com o objetivo de impor o pagamento das verbas com juros, correção monetária e multa, obtendo êxito no processo, que agora está em fase

de cumprimento da condenação. Por esse motivo, não existe a possibilidade de haver qualquer perda de prazo ou prescrição no recebimento dos valores devidos.

O processo movido pelo Simesp resguarda o direito de todos os médicos que estavam com contrato de trabalho ativo em novembro e dezembro de 2014 e não receberam, total ou parcialmente, o salário e/ou 13º salário. Os profissionais que já receberam esses valores sem os juros e a correção irão receber as diferenças no processo.

### São Paulo

## Einstein muda contratos de médicos e Simesp vai ao Ministério Público

O Simesp participou de audiência no Ministério Público do Trabalho (MPT), no dia 3 de outubro. Segundo denúncias recebidas pelo MPT, o Hospital Israelita Albert Einstein modificou os contratos dos médicos celetistas e quem antes recebia mensalmente passou a receber por hora. Médicos do Einstein alocados na AMA Paraisópolis também denunciaram

a mudança de seus contratos e uma nova audiência aconteceu no dia 14 de outubro.

Para Eder Gatti, presidente do sindicato, é preciso avaliar se não há redução salarial com a mudança, uma vez que o médico não pode receber menos caso não realize a quantidade de horas estipulada em contrato anterior (mensal).

## Hospital Mário Degni atua com metade dos médicos



Niccolli Oliveira

> Manifestação aconteceu no dia 22 de outubro por contratações no Hospital Sarah

Funcionários e população atendida pelo Hospital Municipal e Maternidade Prof. Mário Degni (conhecido como Sarah) realizaram ato no dia 22 de outubro pela contratação de funcionários para o serviço. Há cinco meses o hospital atua com metade dos

médicos para cobrir as escalas de plantões. Dos 63 profissionais necessários para plantões de 24 horas, somente 31 estão atuando.

O hospital é referência para usuários da zona oeste de São Paulo. Atendimentos ambulatoriais, como laqueaduras e cirurgias ginecológicas, não estão mais sendo realizados no serviço por falta de pessoal.

De acordo com Eder Gatti, presidente do Simesp, tal situação é responsabilidade do prefeito Bruno Covas, que abandonou o Hospital Sarah. “O quadro incompleto de funcionários é resultado de uma política da própria prefeitura, que optou por não fazer novas contratações ou chamamento de médicos aprovados em concursos públicos.”

### Guarulhos

## Aplicativo para marcação de consultas obrigou médicos a atender 8 pacientes por hora

Desde o final de outubro, o aplicativo Saúde Guarulhos tem dificultado tanto a vida de pacientes quanto a de médicos. Denúncias recebidas pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) afirmam que, após o lançamento do aplicativo, os profissionais passaram a ter que fazer oito consultas por hora com marcações no mesmo horário, quando o máximo possível e acordado seriam quatro.

O aplicativo impossibilita o

médico de controlar a própria agenda. Segundo Eder Gatti, presidente do Simesp, realizar duas consultas a cada 15 minutos tem prejudicado a qualidade da assistência prestada, além de sobrecarregar os profissionais.

Apesar dos graves problemas no novo sistema, que custou R\$ 6,7 milhões à Prefeitura de Guarulhos, alguns médicos informaram que a gestão está tentando solucionar a situação em alguns serviços.

## Ginecologistas do Hospital Pimentas Bonsucesso ficaram sem salário por 4 meses

De acordo com denúncias recebidas pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), cerca de 10 ginecologistas ficaram quatro meses sem receber seus salários, de maio a agosto, pelo menos. Eles atuam no Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, em Guarulhos.

De acordo com Eder Gatti, presidente do Simesp, a responsabilidade do atraso é do prefeito Gustavo Henric Costa (Guti). O hospital é adminis-

trado pela organização social (OS) Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), que “quarteiriza” a mão de obra desses médicos para a empresa Anan Serviços Médicos e Em Saúde. A Anan, por sua vez, contrata os profissionais como sócios minoritários da empresa como alternativa para driblar as leis trabalhistas, de acordo com Gatti. O Simesp enviou ofício às duas empresas pedindo esclarecimentos.

### Evento

## Desmistificar o uso de medicamentos durante a lactação foi o mote de palestra

No dia 11 de novembro, o auditório do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) recebeu o pediatra espanhol Carlos González para uma palestra sobre medicamentos e amamentação. Quase 100 pessoas estiveram presentes e puderam acompanhar o evento, que contou com tradução simultânea. Em sua segunda visita ao Simesp, o pediatra abordou conceitos e desmistificou o uso de algumas medicações durante o período de amamentação. O evento foi realizado em parceria com a Editora Timo, e sócios do Simesp tiveram

até 50% de desconto e puderam concorrer a sorteios de ingressos para a palestra.

Autor do livro *Um Presente para a Vida Toda: Guia de Aleitamento Materno*, Carlos González defendeu que “o pior lugar para procurar informações sobre amamentação é a bula do medicamento”. Segundo o pediatra, quase todos os medicamentos advertem sobre contraindicações e não recomendam seu uso, mas existe uma grande variedade de medicamentos que é compatível com a lactância. Por isso, o palestrante explicou como é



> Da esquerda para a direita: Denise, González e Ana Basaglia, da Editora Timo

possível utilizar publicações como o PubMed para a obtenção de informações mais específicas para cada caso.

O pediatra abordou também o método criado por ele e intitulado “Dias para Tomar Comprimido”, capaz de estipular quantos dias de exclusiva amamentação seriam necessários para que o bebê ingerisse um comprimido do medicamento que foi receitado à mãe. Radioa-

tividade e uso de tabaco, álcool e cafeína também foram abordados pelo palestrante.

Denise Ornelas, secretária geral do Simesp, contou que receber eventos e organizações interessadas em debater o empoderamento feminino e o processo de amamentação é uma das funções do sindicato. “Este espaço também é de vocês e deve ser utilizado para gerar benefícios sociais”, explicou.

## Simesp fecha acordos coletivos com reajuste salarial de 3,28%



O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) fechou acordo coletivo com o Sindicato das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo (Sindhosfil-SP), com o Sindhosfil Vale do Paraíba (VP) e com o Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas do Estado de São Paulo (Sindhosp), conquistando 3,28% de reajuste salarial. Além do reajuste, os profissionais também receberão 100% sobre as horas extras e 50% de adicional noturno. As mesmas cláusulas também foram conquistadas junto ao Sindribeirão, Sindmogi e Sindsuzano.

A data-base das categorias é 1º de setembro. O reajuste será cal-

culado sobre o salário pago em 31 de agosto de 2018 e entrará na folha de pagamento de novembro (exceto do Sindhosfil-VP, que entrará no pagamento de dezembro). O índice de reajuste foi negociado pelo Simesp 0,120% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do período, o que garante a manutenção do poder de compra do médico mesmo em um ano de crise.

Além do reajuste, também foram acordadas cláusulas sociais como benefício de cinco dias por ano para participação em eventos científicos. Bem como estabilidade à médica gestante desde o início da gravidez até cinco meses após o parto. Já os novos pais, terão direito a uma licença de cinco dias.

### HU-USP

## Moradores realizaram encontro em defesa do hospital

A população da zona oeste usuária do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU-USP), organizada pelo Coletivo Butantã na Luta, realizou o 5º Encontro Popular em Defesa do HU, na Escola Municipal Amorim Lima, no dia 10 de novembro. A reunião foi para organizar uma nova fase na luta pela reestruturação do HU, após a liberação de R\$ 40 milhões em emendas conquistadas junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

Segundo Santana Silva, coordenador do coletivo, foi publicado um edital de contratação de

funcionários temporários para o hospital, mas o que foi proposto não atende às expectativas da população usuária do HU. Nos últimos anos, o hospital perdeu mais de 400 funcionários, muito além dos 179 profissionais que seriam admitidos de forma temporária, o que aumenta a possibilidade de novo fechamento dos leitos. “Há também uma cláusula nos editais da qual discordamos profundamente, a tal da ‘duzentena’. Ela diz que os profissionais devem ser contratados por um ano e só poderão renovar o contrato após 200 dias de seu término”, explica Santana Silva.

## Mais de 300 manifestantes vão às ruas contra terceirização da saúde no município

Ato contra as terceirizações aconteceu no dia 6 de novembro, em frente à Secretaria Municipal da Saúde (SMS), e seguiu rumo à prefeitura. O secretário da pasta, Edson Aparecido dos Santos, não recebeu os cerca de 300 manifestantes, que reivindicavam explicações sobre o plano de terceirização de 70 Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e 11 hospitais municipais posto em prática pela prefeitura.

Atualmente, a cidade de São Paulo possui 466 UBSs, mas apenas 70 funcionam sob administração direta. Alegando falta de recursos humanos, a SMS pretende transferir essas unidades para a gerência de organizações sociais

(OSs), 20 delas até o fim deste ano e as outras 50 ainda no primeiro semestre de 2020.

Além das UBSs, Marcos Antônio Ferlin, superintendente da Autarquia Hospitalar Municipal (AHM), afirmou que a gestão de Bruno Covas pretende entregar também os 11 hospitais municipais para OSs, sem especificar como ou quando.

O Simesp teme pela terceirização da saúde pública municipal, uma vez que essa mudança não representa melhores indicadores para o provimento de saúde. Além disso, 46% das denúncias recebidas pelo Simesp envolvem problemas com OSs (*vide matéria de capa*).



> Os médicos Vanessa Araújo, Victor Vilela e a diretora do Simesp, Juliana Salles, durante o ato

Divulgação

### Na Mídia

## Simesp é destaque na CBN, Jornal da Cultura e TVT



> Gatti em entrevista à TVT sobre Hospital Municipal e Maternidade Mário Degni

O presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Eder Gatti, participou do *Jornal da Cultura* 1ª Edição para uma conversa sobre o Dia do Médico e os desafios da profissão.

Gatti também falou à TVT sobre o problema da falta de médicos e a crise pela qual tem passado o Hospital Municipal e Maternidade Mário Degni.

Já a Rádio CBN deu destaque à atuação do Simesp na luta pela reposição do quadro de funcionários e reabertura de leitos no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU-USP).

Divulgação

## Associados têm vantagens em opções de lazer

Associados ao Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) têm desconto em dezenas de opções de lazer por meio da plataforma Simesp+.

Para quem quer aproveitar o tempo livre fora de São Paulo, o Costão do Santinho é a opção ideal. Classificado como resort, golf e spa, o local é diversão garantida para toda a família,

com espaço para a prática de esportes radicais e tênis, além de contar com um complexo de piscinas aquecidas e não-aquecidas, museu arqueológico a céu aberto e muito mais. Sócios do Simesp têm desconto nas diárias de hospedagem.

Outra parceria firmada pelo sindicato é com o Aquário de São Paulo, atração para a qual

os sócios têm 10% de desconto sobre o valor de bilheteria.

Se você ainda não é associado e quer aproveitar os benefícios que o Simesp+ tem para você, entre em contato:

Telefone: (11) 3292-9147  
WhatsApp: (11) 99111-5490  
relacionamento@simesp.org.br



Divulgação

> Costão do Santinho Resort, Golf e Spa

### Direitos dos Médicos

## Sub-rogação de contrato de organizações sociais

É comum acontecer a troca de uma organização social (OS) por outra no decorrer do contrato de trabalho do médico. Entenda como essa mudança pode afetar o trabalho e resultar até em calotes



### Quando ocorre a sub-rogação de OSs nos serviços públicos?

Por motivos diversos, os gestores públicos podem decidir trocar de organização social que administra os serviços de saúde do município. Quando isso ocorre, cabe ao ente público contratante definir o que será feito com

os contratos de trabalho dos médicos que até a troca estavam sob a responsabilidade da OS anterior.

### Quais são as opções possíveis para o ente público?

Abrem-se então duas possibilidades: a rescisão contratual de todos os médicos que es-

tavam sob responsabilidade da antiga organização social com o pagamento de todos os direitos previstos na CLT, inclusive multa do FGTS de todo o período contratual; ou a sub-rogação. Essa transferência dos contratos nada mais é do que a sucessão dos direitos oriundos do trabalho anterior pela nova OS, mantendo todos os benefícios já adquiridos.

### Como a sub-rogação é feita?

Ao assumir a gestão, a nova organização social deve anotar na carteira de trabalho a sub-rogação e manter todos os direitos e benefícios concedidos pela gestão anterior, incluindo unificar as contas do FGTS de todos os médicos e pagar a multa sobre o saldo total da conta em caso de rescisão sem justa causa.

### Quais problemas posso enfrentar com a troca?

Mesmo que os direitos devam estar garantidos, violações por parte da nova organização social são frequentes, tais como a retirada ou redução de benefícios e o não pagamento de reajustes salariais previstos em Convenção Coletiva

de Trabalho (CCT). Outra situação frequente ocorre quando a nova OS rescinde o contrato de trabalho do médico que havia sido contratado pela organização anterior e deixa de pagar verbas trabalhistas, não considerando todo o período do contrato de trabalho. Isso acontece mais comumente em relação à multa do FGTS. Não considerar os depósitos realizados pela organização anterior para o cálculo da multa de 40% também ocorre e gera prejuízos ao médico que, além de não receber o valor da multa integral, fica impossibilitado de sacar o saldo total da conta.

### O que posso fazer caso esses problemas ocorram?

O médico poderá ingressar com ação trabalhista pleiteando os direitos suprimidos pela nova OS. É importante ressaltar que o ente público contratante deve prever essas regras de transição no contrato de gestão e, em caso de descumprimento, será responsabilizado juntamente com a organização social.

> O que você gostaria de ler na próxima edição? Mande suas sugestões: [noticias@simesp.org.br](mailto:noticias@simesp.org.br) <

# “É como se as mulheres estivessem nadando contra a corrente”

Apesar de as mulheres serem 45,6% do total de médicos e 57,4% no grupo de até 29 anos, segundo a Pesquisa Demografia Médica no Brasil 2018, publicada pelo periódico *BMJ Open*, 80% delas ainda se concentram nas três categorias inferiores de remuneração da profissão. Quem faz uma análise deste e de outros indicativos da desigualdade de gênero na medicina é Leticia Kawano Dourado, responsável por criar o projeto *Respira Evidência*. Em seu blog, a médica e pesquisadora clínica dá voz aos direitos das profissionais médicas por meio de estudos científicos, desmistificando a falta de equidade na medicina e combatendo as *fake news*

Stéfanni Meneguesso Mota

## Você acredita que a medicina é uma área hostil para profissionais mulheres?

Eu diria que ela apresenta algumas barreiras. Existe uma cultura, um sistema que permeia e dificulta a carreira profissional feminina. Se a gente pode chamar isso de hostil, então a gente pode dizer que a medicina ainda é, no sentido de colocar uma dificuldade que é baseada em gênero e não em performance. Ainda temos um ambiente profissional que é desenhado por homens e para homens, sem levar em consideração que as mulheres são metade da força de trabalho na medicina. Eu observo que o sistema está todo enviesado contra nós, é como se as mulheres estivessem nadando contra a corrente.

## O desejo de mudar esse cenário partiu de alguma situação que você tenha vivenciado?

Eu fui me dando conta das dificuldades que a mulher profissional atravessa, como o preconceito individual, sistêmico e até as próprias ansiedades. Minha primeira gestação foi permeada pela ansiedade. Somado a isso, o ambiente em que eu estava

enxergava a mulher grávida como quem deve ficar fora da vida profissional. Isso me deixou num estado de inquietação muito grande porque, na verdade, eu gostaria de ter certeza de que eu poderia voltar, de que meu lugar era lá e estava garantido. Quando comecei a conversar com outras mulheres médicas a respeito disso, eu ouvi delas outras histórias, às vezes até piores do que a minha. Isso me fez começar a pensar que a gente precisava trazer um pouco de discussão sobre esse assunto e é isso que eu tenho feito.

## Como seu projeto se enquadra na luta pela equidade de gênero no meio científico?

Eu gostaria que estivéssemos trazendo um debate mais profundo sobre esse assunto aqui no Brasil e é isso que eu tenho feito com meu projeto. O *Respira Evidência* busca unir o rigor metodológico científico a assuntos que são relevantes para a sociedade hoje em dia. Por meio de posts, eu vou chamando a atenção para esses fatores, mas sempre me baseando em evidências, trazendo dados objetivos, experimentos que dão suporte ao que estou falando.

## Qual é a importância da pes-



Acervo pessoal

> Leticia Kawano: "Ainda temos um ambiente profissional que é desenhado por homens para homens"

## quisa científica para o fim de preconceitos na medicina?

A pesquisa tem papel fundamental no sentido em que informa um dado objetivo e difícil de refutar. A chance de estar comunicando uma informação falsa é mínima. A pesquisa é importante para desconstruir também a quantidade de *fake news* que vem circulando. Até mesmo na saúde, volta e meia escutamos algo como “planta milagrosa cura o câncer”, toda essa narrativa sem embasamento precisa ser desconstruída.

## Como você avalia o acesso das mulheres a cargos de liderança na medicina?

Todo o jeito em que o sistema é construído dificulta o acesso das mulheres a cargos de liderança, tanto pela questão da maternidade quanto pelos vieses subconscientes culturais que nós temos a respeito de competência. Existem vários estudos mostrando que, se você pega profissionais de mesma performance do sexo masculino e feminino, o profissional do sexo masculino é melhor avaliado. As mulheres sofrem uma série de dificuldades para ascender na carreira e isso implica em menores salários, mais carga de trabalho e dificuldades.

O que a gente está querendo é uma avaliação justa. Se você teve aquela boa performance e aptidão para liderança, que você seja reconhecida e não preterida simplesmente porque é mulher. Precisamos garantir um ponto de partida semelhante para daí avaliarmos mérito, competência e desempenho. Caso contrário, não estaríamos avaliando. Igualdade é você dar a mesma coisa para todo mundo, uma mesma bicicleta para atender pessoas de diferentes alturas, um paraplégico. E equidade é você dar de acordo com a necessidade. A equidade de gênero é parte de um pensamento de justiça social.

## Você já sofreu alguma retaliação por abordar a questão de gênero em seu projeto?

Eu já ouvi coisas bem curiosas, como ‘eu acho que você deveria parar com isso porque fica parecendo que você quer tirar vantagem profissional em cima dessa questão de equidade de gênero, quando basta você fazer um bom trabalho, ter um bom desempenho’. Eu vejo os homens com papel fundamental justamente para desmistificar esse tipo de argumento.